



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

26/11/2014 ATÉ 26/11/2014



INDÍCE

1	BLOG DA KELLY	
	1.1 VARA DA MULHER.....	1
2	IMIRANTE.COM	
	2.1 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	2
3	O IMPARCIAL ONLINE	
	3.1 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	3
	3.2 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	4
4	SITE AGORA SANTA INÊS	
	4.1 SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	5
5	SITE CAZUMBÁ	
	5.1 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	6
6	SITE IDIFUSORA	
	6.1 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	7
	6.2 VARA DA MULHER.....	8
7	SITE JORNAL PEQUENO	
	7.1 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	9
	7.2 SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	10
	7.3 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	11
8	SITE JUSBRASIL	
	8.1 COMARCAS.....	12
	8.2 CURSOS.....	13
	8.3 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	14
	8.4 SEM ASSUNTO.....	15
	8.5 SINDJUS.....	16
9	SITE O QUARTO PODER	
	9.1 VARA CRIMINAL.....	17
	9.2 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	18
10	SITE SUA CIDADE	
	10.1 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	19
11	SITE TV GUARÁ.COM	
	11.1 DECISÕES.....	20
	11.2 SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	21
	11.3 VARA CRIMINAL.....	22
	11.4 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	23

Começa a Campanha pelo fim da violência contra as mulheres

A campanha foi divulgada por meio da Tribuna Popular, durante sessão ordinária da Câmara Municipal. A Tribuna Popular da sessão desta terça-feira (25) foi utilizada para divulgação da "Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres", por meio de uma das suas organizadoras, Conceição Amorim, a convite do vereador Aurélio Gomes (PT).

A campanha começa hoje em 196 países e termina no dia 10 de dezembro. A Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Imperatriz organizou uma vasta programação de conscientização com palestras, exposições, encontros para troca de experiências e blitzes nas ruas da cidade.

A Rede é formada pela Vara da Mulher, Defensoria Pública Estadual, Promotoria Especializada da Mulher, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselho da Mulher, Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), Atenção Básica-DST/AIDS.

Conceição falou sobre a importância do momento da luta das mulheres contra a violência que sofrem, ressaltando que Imperatriz está à frente de muitas cidades, com grandes conquistas, mas que alguns serviços não estão sendo oferecidos com eficácia.

"Imperatriz é uma cidade privilegiada, fruto das lutas das mulheres e do apoio de vários senhores que estão aqui. Conquistamos todos os serviços que prevê a Lei Maria da Penha, somos a primeira cidade a implantar no Maranhão a vara específica da mulher, somos das poucas cidades que tem a Promotoria da Mulher, a Defensoria Pública. Temos a casa de proteção da mulher que vive em situação de violência, a Casa Abrigo. São todos serviços públicos que às vezes não funcionam com eficácia."

Conceição pediu apoio dos vereadores na fiscalização desses serviços, informando que só este ano foram assassinadas 13 mulheres e que nenhum dos assassinos foi preso. A campanha começa hoje em 196 países e termina no dia 10 de dezembro. A Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Imperatriz organizou uma vasta programação de conscientização com palestras, exposições, encontros para troca de experiências e blitzes nas ruas da cidade.

A Rede é formada pela Vara da Mulher, Defensoria Pública Estadual, Promotoria Especializada da Mulher, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselho da Mulher, Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), Atenção Básica-DST/AIDS.

Conceição falou sobre a importância do momento da luta das mulheres contra a violência que sofrem, ressaltando que Imperatriz está à frente de muitas cidades, com grandes conquistas, mas que alguns serviços não estão sendo oferecidos com eficácia.

"Imperatriz é uma cidade privilegiada, fruto das lutas das mulheres e do apoio de vários senhores que estão aqui. Conquistamos todos os serviços que prevê a Lei Maria da Penha, somos a primeira cidade a implantar no Maranhão a vara específica da mulher, somos das poucas cidades que tem a Promotoria da Mulher, a Defensoria Pública. Temos a casa de proteção da mulher que vive em situação de violência, a Casa Abrigo. São todos serviços públicos que às vezes não funcionam com eficácia."

Conceição pediu apoio dos vereadores na fiscalização desses serviços, informando que só este ano foram assassinadas 13 mulheres e que nenhum dos assassinos foi preso.

Estado e município deverão resolver problema dos lixões

DIVULGAÇÃO/ASSESSORIA

25/11/2014 às 18h10

Alguns processos já foram julgados.

SÃO LUÍS - Representantes dos quatro municípios da Região Metropolitana de São Luís, do governo estadual e de uma cervejaria participaram, nesta terça-feira (25), de audiência pública promovida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos para debater a gestão dos resíduos sólidos, os chamados lixões. Com exceção do município de Paço do Lumiar, os outros municípios e o Estado do Maranhão são réus em ações judiciais movidas pelo Ministério Público Estadual (MPE) sobre a questão. Alguns processos já julgados e em fase de execução.

Durante a audiência, que se realizou no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, foram discutidos oito processos que envolvem o problema dos resíduos sólidos na Ilha de São Luís. Sendo que um deles tem como réu a Cervejaria Astra S/A Unidade Equatorial e refere-se ao lançamento inadequado de resíduos no meio ambiente por parte da empresa. Outro processo, que trata de um lixão localizado na Raposa, tem como réu aquele município.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, disse que todas as informações apresentadas durante a audiência e os pedidos dos réus e do Ministério Público serão acrescentados aos processos para serem analisados pelo magistrado que decidirá sobre cada caso. “Estamos aguardando as providências por parte desses municípios e do Estado do Maranhão”, informou o juiz.

Dos oito processos apresentados na audiência, quatro são contra o município de São Luís, sendo que, em uma dessas ações, o Estado do Maranhão também é réu e, em dois, a Companhia de Limpeza e Serviços Urbanos (Coliseu) que responde ainda a mais um processo.

São ações que tratam da anulação de licença do Aterro da Ribeira e construção de um novo aterro; dois depósitos clandestinos de lixo, situados no Conjunto Penalva (São Cristóvão) e no Anjo da Guarda; indenização pelos danos ambientais causados pelo antigo Lixão do Jaracaty; além da degradação ambiental, com lixo orgânico e entulho, de uma área situada na avenida São Luís Rei de França, próximo ao Condomínio Vista Del Mar.

O processo contra o município de São José de Ribamar, que figura como réu também o Estado do Maranhão, trata de um depósito de lixo nas proximidades da nascente do riacho Jeniparana, no Povoado Quinta.

O promotor de Justiça Fernando Barreto destacou que foram colocados na pauta da audiência os oito principais processos sobre o tema, mas existem outros tramitando na Vara de Interesses Difusos e Coletivos. “Os municípios informam sempre a mesma coisa, que faltam recursos e planejamento”, acrescentou. Ele lembrou que há processos com sentença já transitada em julgado (que não cabem mais recursos) e que os municípios precisam cumprir. Já foram, inclusive, estabelecidas multas que chegam a R\$ 100 milhões.

Mais de 600 pessoas já buscaram acordo em sessões de conciliação na Cidade Operária

Nos dois primeiros dias da Semana de Conciliação Itinerante, que está sendo realizada no Centro de Ciências Sociais da UEMA, foram atendidas mais de 600 pessoas interessadas em negociar conflitos, judiciais ou não. A ação beneficia moradores de 21 bairros daquela região e será encerrada na sexta-feira (28).

De acordo com dados do Núcleo de Soluções de Conflitos do TJMA, já foram realizadas cerca de 300 sessões de conciliação, a maioria (82%) geradas por reclamações sobre o seguro DPVAT. No local, mais de 500 vítimas de acidentes de trânsito devem negociar com a Seguradora Líder valores referentes à concessão dos benefícios do seguro obrigatório por danos pessoais causados por veículos automotores.

Também estão agendadas para esta semana sessões de conciliação para resolver, de forma amigável, questões de menor complexidade, como: pedidos de pensão ainda não efetivados, reconhecimentos de paternidade, divórcios, disputas por posse de bens, parcelamentos de contas, débitos de IPTU, dívidas de empréstimo, débitos junto a pequenos e microempresários e outras situações que não estejam tramitando na justiça e outras ações abertas no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da UEMA. O objetivo é estimular a negociação de conflitos apresentados pelos interessados.

Empresas como Mateus, Paraíba, Caema, Cemar, Oi/Telemar, Tim, Seguradora Líder e Município de São Luís (IPTU), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), estão à disposição da população para promover negociação.

"A expectativa é conseguir resolver, de forma célere, por meio da conciliação questões pré-processuais e processuais, nas quais as empresas são rés ou autoras, aproximando o cidadão da Justiça e contribuindo para consolidar uma cultura de paz, na sociedade. Quem não agendou atendimento com as empresas, pode dirigir-se ao local e dialogar com os representantes", informa o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Estado e Município deverão resolver problema dos lixões

Representantes dos quatro municípios da Ilha de São Luís, do governo estadual e de uma cervejaria participaram nesta terça-feira (25) de audiência pública promovida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos para debater a gestão dos resíduos sólidos, os chamados lixões. Com exceção de Paço do Lumiar, os outros municípios e o Estado do Maranhão são réus em ações judiciais movidas pelo Ministério Público estadual sobre a questão, alguns processos já julgados e em fase de execução.

Durante a audiência, que ocorreu no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), foram discutidos oito processos que envolvem o problema dos resíduos sólidos na Ilha de São Luís, sendo que um deles tem como réu a Cervejaria Astra S/A Unidade Equatorial (Brahma) e refere-se ao lançamento inadequado de resíduos no meio ambiente por parte da empresa. Outro processo, que trata de um lixão localizado na Raposa, tem como réu aquele município.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, disse que todas as informações apresentadas durante a audiência e os pedidos dos réus e do Ministério Público serão juntados aos processos para serem analisados pelo magistrado que decidirá sobre cada caso. "Estamos aguardando as providências por parte desses municípios e do Estado do Maranhão", informou o juiz.

Dos oito processos apresentados na audiência, quatro são contra o Município de São Luís, sendo que em uma dessas ações o Estado do Maranhão também é réu e, em dois, a Coliseu (Companhia de Limpeza e Serviços Urbanos) que responde ainda a mais um processo.

São ações que tratam da anulação de licença do Aterro da Ribeira e construção de um novo aterro; dois depósitos clandestinos de lixo, situados no Conjunto Penalva (São Cristóvão) e no Anjo da Guarda; indenização pelos danos ambientais causados pelo antigo Lixão do Jaracaty; além da degradação ambiental, com lixo orgânico e entulho, de uma área situada na Avenida São Luís Rei de França, próximo ao Condomínio Vista Del Mar.

O processo contra o Município de São José de Ribamar, que figura como réu também o Estado do Maranhão, trata de um depósito de lixo nas proximidades da nascente do riacho Jeniparana, no Povoado Quinta.

O promotor de Justiça Fernando Barreto destacou que foram colocados na pauta da audiência os oito principais processos sobre o tema, mas existem outros tramitando na Vara de Interesses Difusos e Coletivo. "Os município informam sempre a mesma coisa, que faltam recursos e planejamento", acrescentou. Ele lembrou que há processos com sentença já transitada em julgado (que não cabem mais recursos) e que os municípios precisam cumprir. Já foram, inclusive, estabelecidas multas que chegam a R\$ 100 milhões.

Participaram da audiência o prefeito da Raposa, Clodomir Oliveira; os secretários de Meio Ambiente e de Obras e Serviços Públicos de São Luís, Rodrigo Maia e Antônio Araújo; Saulo Arouche, da Secretaria de Obras de São José de Ribamar; Flávia Rodrigues, da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão; a procuradora adjunta de Paço do Lumiar, Jackeline Aguiar; o representante da Ambev, Rômulo Frota; e a presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de São Luís, vereadora Rose Sales.

Presentes também representantes de entidades da sociedade civil organizada, ecologistas, pesquisadores da área ambiental, além de moradores das áreas atingidas pelos lixões.

Juizado Especial de Santa Inês inicia audiências da IX Semana Nacional de Conciliação

Durante o primeiro dia foram realizadas 37 audiências de conciliação. Foi aberta na segunda-feira (24) no Juizado Especial Cível da Comarca de Santa Inês a IX Semana Nacional de Conciliação, campanha de mobilização, realizada anualmente, que envolve todos os tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito. A semana segue até o dia 28 de novembro, sexta-feira.

De acordo com a analista e conciliadora do Juizado, Giorgia Fiquene Amorim, em Santa Inês as causas mais recorrentes pautadas para este mutirão são as entre pessoas físicas, e que envolvem as operadoras de telefonia celular. Este ano a imobiliária Casa e Terra bateu recordes ao ter 50 audiências agendadas durante a semana. Durante o primeiro dia de atividades da Semana da Conciliação em Santa Inês foram executadas 37 audiências, mas para o período, estão agendadas em Santa Inês 138 audiências com possibilidade de conciliação. Em todo o estado serão 11.870. No ano passado, no Maranhão, foram agendadas 15.315 audiências. Destas, 15.257 ocorreram, sendo um dos índices mais altos do país.

Outras Comarcas

Entre as unidades que mais agendaram audiências para a Semana Nacional de Conciliação, destaque para a Vara única de Anajatuba, com 504 audiências. Em Turiaçu serão 435, na 1ª Vara de Buriticupu serão 416, em São Mateus estão marcadas 407. Na capital, o 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 214 audiências, e o 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 118. Para o juiz Alexandre Abreu, a justiça maranhense já vem priorizando a conciliação há algum tempo.

Sobre a Semana

Durante a Semana Nacional da Conciliação, os tribunais de todo o Brasil selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas no conflito. Caso o cidadão ou instituição tenha interesse em incluir o processo na Semana, deve procurar, com antecedência, o tribunal em que o caso tramita. Quando uma empresa ou órgão público está envolvido em muitos processos, normalmente, o tribunal faz uma audiência prévia para sensibilizar a empresa/órgão a trazer ao mutirão boas propostas de acordo.

As conciliações pretendidas durante a Semana são chamadas de processuais, ou seja, quando o caso já está na Justiça. No entanto, há outra forma de conciliação: a pré-processual ou informal, que ocorre antes do processo ser instaurado e o próprio interessado busca a solução do conflito com o auxílio de conciliadores e/ou juízes. A Semana Nacional da Conciliação é um marco anual das ações do Conselho Nacional de Justiça e dos tribunais para fortalecer a cultura do diálogo. Mais de 60 mil processos devem ser resolvidos durante IX Semana Nacional de Conciliação, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Juizado Especial Cível de Santa Inês fica no Complexo Judiciário, localizado à Rua do Bambu, 689, Centro.

Estado e Município deverão resolver problema dos lixões

Meio Ambiente - Resíduos

26/11/2014 10:25:06

Representantes dos quatro municípios da Ilha de São Luís, do governo estadual e de uma cervejaria participaram na terça-feira (25) de audiência pública promovida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos para debater a gestão dos resíduos sólidos, os chamados lixões. Com exceção de Paço do Lumiar, os outros municípios e o Estado do Maranhão são réus em ações judiciais movidas pelo Ministério Público estadual sobre a questão, alguns processos já julgados e em fase de execução.

Durante a audiência, que ocorreu no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), foram discutidos oito processos que envolvem o problema dos resíduos sólidos na Ilha de São Luís, sendo que um deles tem como réu a Cervejaria Astra S/A Unidade Equatorial (Brahma) e refere-se ao lançamento inadequado de resíduos no meio ambiente por parte da empresa. Outro processo, que trata de um lixão localizado na Raposa, tem como réu aquele município.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, disse que todas as informações apresentadas durante a audiência e os pedidos dos réus e do Ministério Público serão juntados aos processos para serem analisados pelo magistrado que decidirá sobre cada caso. “Estamos aguardando as providências por parte desses municípios e do Estado do Maranhão”, informou o juiz.

Dos oito processos apresentados na audiência, quatro são contra o Município de São Luís, sendo que em uma dessas ações o Estado do Maranhão também é réu e, em dois, a Coliseu (Companhia de Limpeza e Serviços Urbanos) que responde ainda a mais um processo.

São ações que tratam da anulação de licença do Aterro da Ribeira e construção de um novo aterro; dois depósitos clandestinos de lixo, situados no Conjunto Penalva (São Cristóvão) e no Anjo da Guarda; indenização pelos danos ambientais causados pelo antigo Lixão do Jaracaty; além da degradação ambiental, com lixo orgânico e entulho, de uma área situada na Avenida São Luís Rei de França, próximo ao Condomínio Vista Del Mar.

O processo contra o Município de São José de Ribamar, que figura como réu também o Estado do Maranhão, trata de um depósito de lixo nas proximidades da nascente do riacho Jeniparana, no Povoado Quinta.

O promotor de Justiça Fernando Barreto destacou que foram colocados na pauta da audiência os oito principais processos sobre o tema, mas existem outros tramitando na Vara de Interesses Difusos e Coletivo. “Os municípios informam sempre a mesma coisa, que faltam recursos e planejamento”, acrescentou. Ele lembrou que há processos com sentença já transitada em julgado (que não cabem mais recursos) e que os municípios precisam cumprir. Já foram, inclusive, estabelecidas multas que chegam a R\$ 100 milhões.

Participaram da audiência o prefeito da Raposa, Clodomir Oliveira; os secretários de Meio Ambiente e de Obras

e Serviços Públicos de São Luís, Rodrigo Maia e Antônio Araújo; Saulo Arouche, da Secretaria de Obras de São José de Ribamar; Flávia Rodrigues, da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão; a procuradora adjunta de Paço do Lumiar, Jackeline Aguiar; o representante da Ambev, Rômulo Frota; e a presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de São Luís, vereadora Rose Sales.

Presentes também representantes de entidades da sociedade civil organizada, ecologistas, pesquisadores da área ambiental, além de moradores das áreas atingidas pelos lixões.

Vídeo: audiências de conciliação acontece até sexta-feira

Acontece na capital a conciliação itinerante que possibilita a resolução de conflitos por meio de um acordo amigável entre as partes. Sobre o assunto o Desembargador José Luiz Almeida presidente do Núcleo de conciliação conversou nesta quarta-feira com a jornalista Eliene Pinheiro no jornal Bom Dia Maranhão, da TV Difusora.

Assiata a entrevista na íntegra.

Mais de 2.624 mil denúncias de violência contra mulher

A Delegacia Especial da Mulher (DEM) registrou no primeiro semestre desse ano, 2.624 mil denúncias de violências contra a mulher na capital. Segundo os dados disponibilizados pela delegacia, em média 15 casos de violência envolvendo questão de gênero são registrados por dia em São Luís. O número já equivale a mais da metade do registrado em todo o ano passado que foi de 4.112 casos notificados.

Os dados tratam apenas das denúncias realizadas junto a delegacia, não estão acrescentadas as estatísticas de outros órgãos de defesa da mulher em situação de violência, por isso os números reais podem ser superiores aos divulgados. Ainda segundo a DEM foram requeridas este ano 1.300 medidas protetivas à Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Os tipos de agressões mais praticadas este ano foram ameaça e lesão corporal e os bairros em que concentraram o maior número de ocorrências são: Centro, Maracanã, Anjo da Guarda e Liberdade.

Para a Secretária de Estado da Mulher, Catharina Bacelar, ainda existe dificuldade na coleta do número de denúncias e que esses levantamentos podem não condizer com a realidade. "Nenhum estado possui precisamente o número de denúncias e de casos de violência contra a mulher. Por que existe uma rede de atendimento à mulher e esses pontos agem muitas vezes de forma isolada. Por exemplo, a mulher pode ir ao hospital no caso de uma agressão física, ou em uma delegacia, ou ainda na vara especializada de atendimento à mulher e cada serviço desses vai ter a suas estatísticas e muitas vezes pode ser contada a mesma mulher duas vezes, caso ela compareça em mais de um órgão".

A expectativa é que esse quadro mude com a informatização e integração desses órgãos através da internet, para que o atendimento à mulher seja mais eficaz e para que a coleta de dados sobre as denúncias e casos de agressão sejam confiáveis. "Eu resolvi informatizar a rede metropolitana de atendimento a mulher em situação de violência para dar uma assistência integrada, para que as entidades e órgãos que trabalhem na defesa consigam agir de forma mais coordenada e direta", explicou Catharina Bacelar.

O sistema já está em operação e será instalado em delegacias e outras instituições que trabalhem com o combate à violência de gênero.

Publicado em 26-11-2014 09:30:53.share' class='twitter-share-button' data-via='idifusoraCom' data-lang='pt'>Tweeter

Mais de 600 pessoas já buscaram acordo em sessões de conciliação na Cidade Operária

Maioria dos acordos referem-se à concessão de DPVAT (Foto: Ribamar Pinheiro)

Mais de 600 pessoas interessadas em negociar conflitos, judiciais ou não, foram atendidas nos dois primeiros dias da Semana de Conciliação Itinerante da Cidade Operária, realizada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, no Centro de Ciências Sociais da UEMA. A ação beneficia moradores de 21 bairros daquela região e será encerrada na sexta-feira (28).

De acordo com dados do Núcleo de Soluções de Conflitos do TJMA, já foram realizadas cerca de 300 sessões de conciliação, a maioria (82%) geradas por reclamações sobre o seguro DPVAT. No local, mais de 500 vítimas de acidentes de trânsito devem negociar com a Seguradora Líder valores referentes à concessão dos benefícios do seguro obrigatório por danos pessoais causados por veículos automotores.

A dona de casa Maria de Jesus Rocha foi buscar o serviço de conciliação para negociar o benefício devido à filha de 17 anos, atropelada por um carro quando tinha apenas 10. "Hoje consegui resolver uma questão que já tinha sete anos na Justiça", disse após fazer acordo com a seguradora responsável pela administração do DPVAT. "Espero que outros aproveitem essa oportunidade e resolvam suas pendências, de forma prática e rápida também", completou.

O acordo proposto pelas duas foi confirmado pelo juiz que respondia pela causa no juizado especial e terá valor judicial.

SERVIÇOS - Também estão agendadas para esta semana sessões de conciliação para resolver, de forma amigável, questões de menor complexidade, como: pedidos de pensão ainda não efetivados, reconhecimentos de paternidade, divórcios, disputas por posse de bens, parcelamentos de contas, débitos de IPTU, dívidas de empréstimo, débitos junto a pequenos e microempresários e outras situações que não estejam tramitando na justiça e outras ações abertas no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da UEMA. O objetivo é estimular a negociação de conflitos apresentados pelos interessados.

Empresas como Mateus, Paraíba, Caema, Cemar, Oi/Telemar, Tim, Seguradora Líder e Município de São Luís (IPTU), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), estão à disposição da população para promover negociação.

"A expectativa é conseguir resolver, de forma célere, por meio da conciliação questões pré-processuais e processuais, nas quais as empresas são rés ou autoras, aproximando o cidadão da Justiça e contribuindo para consolidar uma cultura de paz, na sociedade. Quem não agendou atendimento com as empresas, pode dirigir-se ao local e dialogar com os representantes", informa o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Profissionais do Ministério Público, Defensoria Pública, SEMCAS, estagiários do Escritório-Escola da UEMA, militares do Curso de Oficiais da Academia de Polícia Militar, além de estudantes - dos cursos de Administração, Direito e CFO - também participam da parceria institucional, atuando no atendimento ao público.

O estudante Allyson Carter, do 5º período do curso de Direito da Uema, enfatizou a importância do evento para a sua formação acadêmica, além de ser uma experiência de vida.

"Essa Semana possui uma importância decisiva para a nossa instituição de ensino e, principalmente, para a sociedade maranhense, que assim, fica cada vez mais próxima do Judiciário. Sinto-me honrado em participar dessa iniciativa e poder ajudar a melhorar a vida de pessoas menos favorecidas. Está sendo uma experiência bastante enriquecedora e inesquecível", expressou o estudante.

BAIRROS - Diversos postos de atendimento estão à disposição da população, no evento, beneficiando 140 mil habitantes de 21 bairros (Apaco, Caixa Baixa, Cidade Olímpica, Cidade Operária, Geniparana, J. Lima, Jardim América, Jardim São Cristóvão, Jardim Tropical, Maiobinha, Muro Quebrado, Recanto dos Pássaros, Recanto dos Signos, Regional 13, Santa Clara, Santa Efigênia, Vila América, Vila Flamengo, Vila Kiola e Vila Operária e outros).

Conciliação - Vara Única de Anajatuba já soma quase R\$ 500 mil em acordos

Juíza Mirela César preside as audiências

A Vara Única da Comarca de Anajatuba, distante 124km da capital, divulgou uma parcial dos resultados da Semana Nacional da Conciliação. Das 507 audiências previstas para acontecer até sexta-feira (28), 156 já foram realizadas, sendo 110 delas com acordos concretizados. O valor total das composições já chega a R\$ 478.380 (quatrocentos setenta e oito mil trezentos e oitenta). Foram separados para a Semana, processos de família, juizado especial cível e criminal e previdenciário.

De acordo com a juíza Mirela Cezar, titular da unidade judicial, entraram na pauta da Semana da Conciliação 117 processos referentes à vara de família e juizado criminal, 214 de natureza previdenciária, e 176 audiências do juizado cível. Colaboram no sucesso da ação a promotora de Justiça Karine Guará Bruzaca e o procurador federal Ruy Marcos Nunes Lima.

A magistrada explicou que o sucesso dos trabalhos tem como resultado a organização para separar os processos conforme a natureza. "Temos uma promotora que está respondendo pela comarca e que só poderia vir um dia durante a Semana, então concentramos as audiências de família e de juizado criminal para a segunda. O mesmo ocorreu com o procurador federal nesta terça", explicou.

Somente nesta terça-feira, no campo previdenciário, houve a concessão de 63 benefícios (aposentadorias, idade, invalidez, auxílio doença e salário maternidade) nas 63 audiências realizadas. Esses direitos garantem aplicação de recursos na economia do município que possui 26 mil habitantes cuja a renda per capita média é de R\$ 207,65 (PNUD 2010) e tem a economia baseada na agricultura.

Entre as unidades que marcaram audiências para a Semana Nacional de Conciliação, Anajatuba foi a que mais agendou audiências para o período, com 507 audiências. Em Turiaçu serão 435, na 1ª Vara de Buriticupu serão 416, em São Mateus estão marcadas 407. Na capital, o 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 214 audiências, e o 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 118.

Sobre a Semana - Durante a Semana Nacional da Conciliação, os tribunais de todo o Brasil selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas no conflito. Caso o cidadão ou instituição tenha interesse em incluir o processo na Semana, deve procurar, com antecedência, a unidade judicial em que o caso tramita. Quando uma empresa ou órgão público está envolvido em muitos processos, normalmente, o tribunal local faz uma audiência prévia para sensibilizar a empresa/órgão a trazer ao mutirão boas propostas de acordo.

As conciliações pretendidas durante a Semana são chamadas de processuais, ou seja, quando o caso já está na Justiça. No entanto, há outra forma de conciliação: a pré-processual ou informal, que ocorre antes do processo ser instaurado e o próprio interessado busca a solução do conflito com o auxílio de conciliadores e/ou juízes. A Semana Nacional da Conciliação é um marco anual das ações do Conselho Nacional de Justiça e dos tribunais para fortalecer a cultura do diálogo. Mais de 60 mil processos devem ser resolvidos durante IX Semana Nacional de Conciliação, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Municípios da Ilha deverão resolver problema dos lixões

Audiência contou com a participação de autoridades e comunitários. (Foto: NucleoComFórum)

Representantes dos quatro municípios da Ilha de São Luís, do governo estadual e de uma cervejaria participaram nesta terça-feira (25) de audiência pública promovida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos para debater a gestão dos resíduos sólidos, os chamados lixões. Com exceção de Paço do Lumiar, os outros municípios e o Estado do Maranhão são réus em ações judiciais movidas pelo Ministério Público estadual sobre a questão, alguns processos já julgados e em fase de execução.

Durante a audiência, que ocorreu no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), foram discutidos oito processos que envolvem o problema dos resíduos sólidos na Ilha de São Luís, sendo que um deles tem como réu a Cervejaria Astra S/A Unidade Equatorial (Brahma) e refere-se ao lançamento inadequado de resíduos no meio ambiente por parte da empresa. Outro processo, que trata de um lixão localizado na Raposa, tem como réu aquele município.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, disse que todas as informações apresentadas durante a audiência e os pedidos dos réus e do Ministério Público serão juntados aos processos para serem analisados pelo magistrado que decidirá sobre cada caso. "Estamos aguardando as providências por parte desses municípios e do Estado do Maranhão", informou o juiz.

Dos oito processos apresentados na audiência, quatro são contra o Município de São Luís, sendo que em uma dessas ações o Estado do Maranhão também é réu e, em dois, a Coliseu (Companhia de Limpeza e Serviços Urbanos) que responde ainda a mais um processo.

São ações que tratam da anulação de licença do Aterro da Ribeira e construção de um novo aterro; dois depósitos clandestinos de lixo, situados no Conjunto Penalva (São Cristóvão) e no Anjo da Guarda; indenização pelos danos ambientais causados pelo antigo Lixão do Jaracaty; além da degradação ambiental, com lixo orgânico e entulho, de uma área situada na Avenida São Luís Rei de França, próximo ao Condomínio Vista Del Mar.

O processo contra o Município de São José de Ribamar, que figura como réu também o Estado do Maranhão, trata de um depósito de lixo nas proximidades da nascente do riacho Jeniparana, no Povoado Quinta.

O promotor de Justiça Fernando Barreto destacou que foram colocados na pauta da audiência os oito principais processos sobre o tema, mas existem outros tramitando na Vara de Interesses Difusos e Coletivo. "Os município informam sempre a mesma coisa, que faltam recursos e planejamento", acrescentou. Ele lembrou que há processos com sentença já transitada em julgado (que não cabem mais recursos) e que os municípios precisam cumprir. Já foram, inclusive, estabelecidas multas que chegam a R\$ 100 milhões.

Participaram da audiência o prefeito da Raposa, Clodomir Oliveira; os secretários de Meio Ambiente e de Obras e Serviços Públicos de São Luís, Rodrigo Maia e Antônio Araújo; Saulo Arouche, da Secretaria de Obras de São José de Ribamar; Flávia Rodrigues, da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão; a procuradora adjunta de Paço do Lumiar, Jackeline Aguiar; o representante da Ambev, Rômulo Frota; e a presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de São Luís, vereadora Rose Sales.

Presentes também representantes de entidades da sociedade civil organizada, ecologistas, pesquisadores da área ambiental, além de moradores das áreas atingidas pelos lixões.

Acusado de matar mulher é condenado a 19 anos de prisão em Coroatá

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 1 hora atrás

O lavrador Francisco Gomes de Sousa, conhecido como Arlete, foi condenado a 19 anos de prisão em júri realizado nesta terça-feira (25) na Comarca de Coroatá. A sessão do tribunal do Júri foi presidida pelo juiz Francisco Ferreira de Lima, titular da 2ª Vara de Coroatá. A pena deverá ser cumprida, inicialmente, em regime fechado, na Penitenciária de Codó ou outro estabelecimento penal escolhido pelo juiz da execução penal.

Consta na denúncia que o crime ocorreu em junho de 2012, quando Francisco, motivado por ciúmes, tirou a vida de Cleonice Amaral Araújo, por causa de ciúmes. Ela havia terminado um relacionamento com o acusado e teria arranjado um novo namorado. Por causa disso, e das negativas de tentar voltar com o relacionamento, Francisco a esganou. Depois de matar Cleonice, o acusado foi trabalhar, na fazenda aonde exercia a função de vaqueiro.

Depois do trabalho, ele voltou no local do crime e procedeu ao salgamento de parte do corpo da vítima e enterrado em cova rasa. Ao sentirem a falta de Cleonice, familiares dela denunciaram à polícia. Horas depois, orientada pelo próprio acusado, a polícia localizou o corpo de Cleonice. Ele foi denunciado por crime cometido de forma cruel (esganadura) e por motivo torpe (ciúme). O acusado teve a prisão preventiva decretada.

A sessão de julgamento de Francisco Gomes de Sousa foi na Sala de Sessão do Tribunal do Júri do Fórum de Coroatá, e foi presidido pelo juiz Francisco Ferreira de Lima. Funcionou na acusação o promotor de Justiça Marco Aurélio Ramos Fonseca.

Corregedoria Geral da Justiça promove Workshop de Sistemas

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 8 horas atrás

A Corregedoria-Geral da Justiça promove, no próximo dia 5 de dezembro, das 09 às 12h, no auditório principal do Fórum Desembargador Sarney Costa, o 3º Workshop de Sistemas. Com o tema Utilizando os Sistemas Nacionais: BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e INFOSEG, o evento é destinado a magistrados, secretários judiciais e assessores. A participação é facultativa. Não é necessária inscrição.

O objetivo é capacitar magistrados e servidores para o uso dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e INFOSEG, informando como solicitar o acesso e quais funcionalidades estão disponíveis em cada aplicativo, informa o chefe da Assessoria de Informática da Corregedoria, Paulo Rocha Neto, que ministra o workshop.

A iniciativa do workshop é do Comitê de Metas e Gestão Estratégica da CGJ, coordenado pelo juiz Mário Márcio de Almeida.

O evento é mais uma das ações da Corregedoria voltada para a capacitação de pessoal. Com vistas ao objetivo, outros dois workshops na área de informática enfocaram o tema Gerenciando a Produtividade com os sistemas Themis PG e JurisConsult. Realizados em agosto (São Luís) e setembro (Imperatriz), os workshops buscaram orientar juízes, secretários judiciais e assessores sobre a utilização das ferramentas tecnológicas no auxílio das atividades processuais das unidades jurisdicionais.

Mais de 600 pessoas já buscaram acordo em sessões de conciliação na Cidade Operária

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 7 horas atrás

Maioria dos acordos referem-se à concessão de DPVAT (Foto: Ribamar Pinheiro)

Mais de 600 pessoas interessadas em negociar conflitos, judiciais ou não, foram atendidas nos dois primeiros dias da Semana de Conciliação Itinerante da Cidade Operária, realizada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, no Centro de Ciências Sociais da UEMA. A ação beneficia moradores de 21 bairros daquela região e será encerrada na sexta-feira (28).

De acordo com dados do Núcleo de Soluções de Conflitos do TJMA, já foram realizadas cerca de 300 sessões de conciliação, a maioria (82%) geradas por reclamações sobre o seguro DPVAT. No local, mais de 500 vítimas de acidentes de trânsito devem negociar com a Seguradora Líder valores referentes à concessão dos benefícios do seguro obrigatório por danos pessoais causados por veículos automotores.

A dona de casa Maria de Jesus Rocha foi buscar o serviço de conciliação para negociar o benefício devido à filha de 17 anos, atropelada por um carro quando tinha apenas 10. Hoje consegui resolver uma questão que já tinha sete anos na Justiça, disse após fazer acordo com a seguradora responsável pela administração do DPVAT. Espero que outros aproveitem essa oportunidade e resolvam suas pendências, de forma prática e rápida também, completou.

O acordo proposto pelas duas foi confirmado pelo juiz que respondia pela causa no juizado especial e terá valor judicial.

SERVIÇOS Também estão agendadas para esta semana sessões de conciliação para resolver, de forma amigável, questões de menor complexidade, como: pedidos de pensão ainda não efetivados, reconhecimentos de paternidade, divórcios, disputas por posse de bens, parcelamentos de contas, débitos de IPTU, dívidas de empréstimo, débitos junto a pequenos e microempresários e outras situações que não estejam tramitando na justiça e outras ações abertas no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da UEMA. O objetivo é estimular a negociação de conflitos apresentados pelos interessados.

Empresas como Mateus, Paraíba, Caema, Cemar, Oi/Telemar, Tim, Seguradora Líder e Município de São Luís (IPTU), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), estão à disposição da população para promover negociação.

A expectativa é conseguir resolver, de forma célere, por meio da conciliação questões pré-processuais e processuais, nas quais as empresas são réis ou autoras, aproximando o cidadão da Justiça e contribuindo para consolidar uma cultura de paz, na sociedade. Quem não agendou atendimento com as empresas, pode dirigir-se ao local e dialogar com os representantes, informa o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Profissionais do Ministério Público, Defensoria Pública, SEMCAS, estagiários do Escritório-Escola da UEMA, militares do Curso de Oficiais da Academia de Polícia Militar, além de estudantes - dos cursos de Administração,

Direito e CFO - também participam da parceria institucional, atuando no atendimento ao público.

O estudante Allyson Carter, do 5º período do curso de Direito da Uema, enfatizou a importância do evento para a sua formação acadêmica, além de ser uma experiência de vida.

Essa Semana possui uma importância decisiva para a nossa instituição de ensino e, principalmente, para a sociedade maranhense, que assim, fica cada vez mais próxima do Judiciário. Sinto-me honrado em participar dessa iniciativa e poder ajudar a melhorar a vida de pessoas menos favorecidas. Está sendo uma experiência bastante enriquecedora e inesquecível, expressou o estudante.

BAIRROS Diversos postos de atendimento estão à disposição da população, no evento, beneficiando 140 mil habitantes de 21 bairros (Apaco, Caixa Baixa, Cidade Olímpica, Cidade Operária, Geniparana, J. Lima, Jardim América, Jardim São Cristóvão, Jardim Tropical, Maiobinha, Muro Quebrado, Recanto dos Pássaros, Recanto dos Signos, Regional 13, Santa Clara, Santa Efigênia, Vila América, Vila Flamengo, Vila Kiola e Vila Operária e outros).

Mudança de endereço da Procuradoria motiva suspensão de prazos processuais

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 7 horas atrás

Os prazos processuais para ações envolvendo o Estado do Maranhão, da primeira e segunda instâncias, estarão suspensos por dez dias a partir desta quinta-feira (27). O Órgão Especial do TJMA, em sessão administrativa nesta quarta-feira (26), acatou o pedido da Procuradoria Geral do Estado motivado pela mudança de endereço do órgão.

A procuradora geral do Estado, Helena Haickel, justificou a necessidade de ampliação da estrutura física, logística e de recursos humanos, com deslocamento para novo prédio e com transferência de móveis, pessoal e realocação e reconfiguração do acervo tecnológico, o que impossibilitaria a produção das peças processuais no período.

GREVE - A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, determinou anteriormente a suspensão dos prazos processuais no âmbito da 1ª instância da Justiça, exceto nos processos que tramitam no sistema de processo judicial eletrônico (PJe), a contar do início da greve dos servidores da Justiça estadual, em 13 de novembro, até o final do movimento, dia 25.

TJMA suspende prazos processuais na primeira instância durante greve

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 1 dia atrás

A Portaria nº 95/2014, do TJMA, disciplina a suspensão dos prazos (Foto: Ribamar Pinheiro)

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, determinou a suspensão dos prazos processuais no âmbito da 1ª instância da Justiça, exceto nos processos que tramitam no sistema de processo judicial eletrônico (PJe), a contar do início da greve dos servidores da Justiça estadual, em 13 de novembro, até o final do movimento.

A Portaria (nº 95/2014), que disciplina a suspensão dos prazos, assegura que as audiências já agendadas serão realizadas normalmente.

No documento, a presidente do TJMA considerou o requerimento da seccional maranhense da OAB, pela suspensão dos prazos processuais.

Acusado de matar mulher é condenado a 19 anos de prisão em Coroatá

O lavrador Francisco Gomes de Sousa foi condenado a 19 anos de prisão em júri realizado nesta terça-feira (25) na Comarca de Coroatá. A sessão do tribunal do Júri foi presidida pelo juiz Francisco Ferreira de Lima, titular da 2ª Vara de Coroatá. A pena deverá ser cumprida, inicialmente, em regime fechado, na Penitenciária de Codó ou outro estabelecimento penal escolhido pelo juiz da execução penal.

Consta na denúncia que o crime ocorreu em junho de 2012, quando Francisco, motivado por ciúmes, tirou a vida de Cleonice Amaral Araújo, por causa de ciúmes. Ela havia terminado um relacionamento com o acusado e teria arranjado um novo namorado. Por causa disso, e das negativas de tentar voltar com o relacionamento, Francisco a esganou. Depois de matar Cleonice, o acusado foi trabalhar, na fazenda aonde exercia a função de vaqueiro.

Depois do trabalho, ele voltou no local do crime e procedeu ao salgamento de parte do corpo da vítima e enterrado em cova rasa. Ao sentirem a falta de Cleonice, familiares dela denunciaram à polícia. Horas depois, orientada pelo próprio acusado, a polícia localizou o corpo de Cleonice. Ele foi denunciado por crime cometido de forma cruel (esganadura) e por motivo torpe (ciúme). O acusado teve a prisão preventiva decretada.

A sessão de julgamento de Francisco Gomes de Sousa foi na Sala de Sessão do Tribunal do Júri do Fórum de Coroatá, e foi presidido pelo juiz Francisco Ferreira de Lima. Funcionou na acusação o promotor de Justiça Marco Aurélio Ramos Fonseca.

Réus - Estado, Municípios e cerveja Brahma, deverão resolver problema dos lixões

Posted on nov 25 2014 - 6:50pm by Redacao

Representantes dos quatro municípios da Ilha de São Luís, do governo estadual e de uma cervejaria participaram nesta terça-feira (25) de audiência pública promovida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos para debater a gestão dos resíduos sólidos, os chamados lixões. Com exceção de Paço do Lumiar, os outros municípios e o Estado do Maranhão são réus em ações judiciais movidas pelo Ministério Público estadual sobre a questão, alguns processos já julgados e em fase de execução.

Durante a audiência, que ocorreu no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), foram discutidos oito processos que envolvem o problema dos resíduos sólidos na Ilha de São Luís, sendo que um deles tem como réu a Cervejaria Astra S/A Unidade Equatorial (Brahma) e refere-se ao lançamento inadequado de resíduos no meio ambiente por parte da empresa. Outro processo, que trata de um lixão localizado na Raposa, tem como réu aquele município.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, disse que todas as informações apresentadas durante a audiência e os pedidos dos réus e do Ministério Público serão juntados aos processos para serem analisados pelo magistrado que decidirá sobre cada caso. “Estamos aguardando as providências por parte desses municípios e do Estado do Maranhão”, informou o juiz.

Dos oito processos apresentados na audiência, quatro são contra o Município de São Luís, sendo que em uma dessas ações o Estado do Maranhão também é réu e, em dois, a Coliseu (Companhia de Limpeza e Serviços Urbanos) que responde ainda a mais um processo.

São ações que tratam da anulação de licença do Aterro da Ribeira e construção de um novo aterro; dois depósitos clandestinos de lixo, situados no Conjunto Penalva (São Cristóvão) e no Anjo da Guarda; indenização pelos danos ambientais causados pelo antigo Lixão do Jaracaty; além da degradação ambiental, com lixo orgânico e entulho, de uma área situada na Avenida São Luís Rei de França, próximo ao Condomínio Vista Del Mar.

O processo contra o Município de São José de Ribamar, que figura como réu também o Estado do Maranhão, trata de um depósito delixu nas proximidades da nascente do riacho Jeniparana, no Povoado Quinta.

O promotor de Justiça Fernando Barreto destacou que foram colocados na pauta da audiência os oito principais processos sobre o tema, mas existem outros tramitando na Vara de Interesses Difusos e Coletivo. “Os município informam sempre a mesma coisa, que faltam recursos e planejamento”, acrescentou. Ele lembrou que há processos com sentença já transitada em julgado (que não cabem mais recursos) e que os municípios precisam cumprir. Já foram, inclusive, estabelecidas multas que chegam a R\$ 100 milhões.

Participaram da audiência o prefeito da Raposa, Clodomir Oliveira; os secretários de Meio Ambiente e de Obras e Serviços Públicos de São Luís, Rodrigo Maia e Antônio Araújo; Saulo Arouche, da Secretaria de Obras de São José de Ribamar; Flávia Rodrigues, da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão; a procuradora adjunta de Paço do Lumiar, Jackeline Aguiar; o representante da Ambev, Rômulo Frota; e a presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de São Luís, vereadora Rose Sales.

Presentes também representantes de entidades da sociedade civil organizada, ecologistas, pesquisadores da área ambiental, além de moradores das áreas atingidas pelos lixões.

Audiência pública discute situação dos lixões na cidade de São Luís

26/11/2014 - Com o crescimento das cidades, aumenta também a quantidade de lixo produzido. As formas de descartar esses resíduos têm sido tema de muita discussão. A Vara de Interesses Difusos e Coletivos realizou uma audiência pública para debater a gestão dos chamados lixões de São Luís.

Justiça nega habeas corpus a acusado de incendiar ônibus em SL

Ismael Caldas de Sousa, um dos acusados de participação em incêndio de ônibus em São Luís - tendo como umas das vítimas fatais a menina Ana Clara, de 6 anos - teve pedido de habeas corpus negado pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA). O crime ocorreu em 3 de janeiro deste ano, na Vila Sarney.

No pedido de habeas corpus a defesa de Ismael Caldas, conhecido como "Piranha", alegou excesso de prazo para oferecimento da denúncia e falta de justa causa na prisão, por inexistir os requisitos e fundamentos da preventiva.

Apontou também a inexistência de elementos que comprovem o envolvimento do réu nos crimes, afirmando que o indiciado não faz parte do "Bonde dos 40", facção criminosa acusada de provocar incêndios de ônibus na capital.

O processo teve como relator o desembargador José Joaquim Figueiredo, que entendeu não haver excesso de prazo pela complexidade da causa - vários réus, necessidade de diligências e renovações destas ou qualquer outro relevante motivo que justifique uma demanda maior de tempo.

Para o desembargador, somente caracteriza constrangimento ilegal quando a demora é injustificada, fato que, no caso em questão, não se apresenta. Quanto à negativa de autoria, o magistrado frisou que, pela via estreita do habeas corpus, não merece conhecimento porque demandaria revolvimento de material probatório.

A não concessão do habeas corpus foi justificada também pela alta periculosidade comprovada de Ismael Sousa, que supostamente pertenceria a um grupo de criminosos submetidos à constrição provisória e muitos com prisão por outros crimes.

Os desembargadores Benedito Belo (presidente da Câmara) e José Bernardo acompanharam o voto do relator.

Anajatuba: conciliação soma quase R\$ 500 mil

Escrito por Portal Guará, com informações do CGJ

Publicado em Maranhão Terça, 25 Novembro 2014 19:44

A Vara Única da Comarca de Anajatuba, distante 124 km da capital, divulgou uma parcial dos resultados da Semana Nacional da Conciliação. Das 507 audiências previstas para acontecer até sexta-feira (28), 156 já foram realizadas, sendo 110 delas com acordos concretizados. O valor total das composições já chega a R\$ 478.380. Foram separados para a Semana, processos de família, juizado especial cível e criminal e previdenciário.

De acordo com a juíza Mirela Cezar, titular da unidade judicial, entraram na pauta da Semana da Conciliação 117 processos referentes à vara de família e juizado criminal, 214 de natureza previdenciária, e 176 audiências do juizado cível. Colaboram no sucesso da ação a promotora de Justiça Karine Guará Bruzaca e o procurador federal Ruy Marcos Nunes Lima.

A magistrada explicou que o sucesso dos trabalhos tem como resultado a organização para separar os processos conforme a natureza. “Temos uma promotora que está respondendo pela comarca e que só poderia vir um dia durante a Semana, então concentramos as audiências de família e de juizado criminal para a segunda. O mesmo ocorreu com o procurador federal nesta terça”, explicou.

Somente nesta terça-feira, no campo previdenciário, houve a concessão de 63 benefícios (aposentadorias, idade, invalidez, auxílio doença e salário maternidade) nas 63 audiências realizadas. Esses direitos garantem aplicação de recursos na economia do município que possui 26 mil habitantes cuja a renda per capita média é de R\$ 207,65 (PNUD 2010) e tem a economia baseada na agricultura.

Entre as unidades que marcaram audiências para a Semana Nacional de Conciliação, Anajatuba foi a que mais agendou audiências para o período, com 507 audiências. Em Turiacu serão 435, na 1ª Vara de Buriticupu serão 416, em São Mateus estão marcadas 407. Na capital, o 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 214 audiências, e o 4º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo terá 118.

Coroatá: homem que estrangulou mulher é condenado a 19 anos de prisão

Um homem identificado como Francisco Gomes de Sousa, mais conhecido como Arlete, foi condenado nessa terça-feira (25), em Coroatá, acusado de estrangular a mulher. A pena de 19 anos deverá ser cumprida, inicialmente, em regime fechado, na Penitenciária de Codó ou outro estabelecimento penal escolhido pelo juiz da execução penal. A sessão do tribunal do Júri foi presidida pelo juiz Francisco Ferreira de Lima, titular da 2ª Vara de Coroatá.

O crime

Segundo a denúncia, o crime ocorreu em junho de 2012, quando Francisco, motivado por ciúmes, tirou a vida de Cleonice Amaral Araújo. Ela havia terminado um relacionamento com o acusado e teria arranjado um novo namorado. Por causa disso, e das negativas de tentar voltar com o relacionamento, Francisco a estrangulou. Depois de matar Cleonice, o acusado foi trabalhar, na fazenda aonde exercia a função de vaqueiro.

Assim que o dia de trabalho chegou ao fim, Francisco voltou ao local do crime e enterrou o corpo em uma cova rasa. Ao sentirem a falta de Cleonice, familiares dela denunciaram à polícia. Horas depois, orientada pelo próprio acusado, a polícia localizou o corpo de Cleonice.

Francisco Gomes foi denunciado por crime cometido de forma cruel e por motivo torpe. O acusado teve a prisão preventiva decretada.

Audiência debate situação de lixões na Grande Ilha

Escrito por Portal Guará, com informações do CGJ

Publicado em Maranhão Terça, 25 Novembro 2014 18:39

Representantes dos quatro municípios da Ilha de São Luís, do governo estadual e de uma cervejaria participaram nesta terça-feira (25) de audiência pública promovida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos para debater a gestão dos resíduos sólidos, os chamados lixões. Com exceção de Paço do Lumiar, os outros municípios e o Estado do Maranhão são réus em ações judiciais movidas pelo Ministério Público estadual sobre a questão, alguns processos já julgados e em fase de execução.

Durante a audiência, que ocorreu no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), foram discutidos oito processos que envolvem o problema dos resíduos sólidos na Ilha de São Luís, sendo que um deles tem como réu a Cervejaria Astra S/A Unidade Equatorial (Brahma) e refere-se ao lançamento inadequado de resíduos no meio ambiente por parte da empresa. Outro processo, que trata de um lixão localizado na Raposa, tem como réu aquele município.

O juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, disse que todas as informações apresentadas durante a audiência e os pedidos dos réus e do Ministério Público serão juntados aos processos para serem analisados pelo magistrado que decidirá sobre cada caso. “Estamos aguardando as providências por parte desses municípios e do Estado do Maranhão”, informou o juiz.

Dos oito processos apresentados na audiência, quatro são contra o Município de São Luís, sendo que em uma dessas ações o Estado do Maranhão também é réu e, em dois, a Coliseu (Companhia de Limpeza e Serviços Urbanos) que responde ainda a mais um processo.

São ações que tratam da anulação de licença do Aterro da Ribeira e construção de um novo aterro; dois depósitos clandestinos de lixo, situados no Conjunto Penalva (São Cristóvão) e no Anjo da Guarda; indenização pelos danos ambientais causados pelo antigo Lixão do Jaracaty; além da degradação ambiental, com lixo orgânico e entulho, de uma área situada na Avenida São Luís Rei de França, próximo ao Condomínio Vista Del Mar.

O processo contra o Município de São José de Ribamar, que figura como réu também o Estado do Maranhão, trata de um depósito de lixo nas proximidades da nascente do riacho Jeniparana, no Povoado Quinta.

O promotor de Justiça Fernando Barreto destacou que foram colocados na pauta da audiência os oito principais processos sobre o tema, mas existem outros tramitando na Vara de Interesses Difusos e Coletivo. “Os município informam sempre a mesma coisa, que faltam recursos e planejamento”, acrescentou. Ele lembrou que há processos com sentença já transitada em julgado (que não cabem mais recursos) e que os municípios precisam cumprir. Já foram, inclusive, estabelecidas multas que chegam a R\$ 100 milhões.